

A Primeira Bienal de Arquitectura — A Arquitectura e o Desenho do Território (Soure, 13 a 15 de Junho de 1986)

Criada na sequência de uma ideia que concebe o Plano de Salvaguarda do Núcleo Histórico de Soure de uma forma integrada com a valorização cultural da Região, efectuou-se em Junho de 86 a 1.ª Bienal de Arquitectura de Soure. Aquela é uma área definida por uma forte utilização agrícola e o Núcleo Histórico de Soure tem a sua estrutura física, viária e fundiária marcadamente determinada pela caracterização do território que a envolve. Esta caracterização, estabelecida em função de todos os factos inventariados que contribuem para o jogo de interações entre sítio físico e forma urbana, é decisiva como contribuição para desmitificar a ideia do território como forma natural, livre, desprovida de desenho e de carga histórica e social. Por estas razões a Bienal nasceu sob a epígrafe A Arquitectura e o Desenho do Território e o campo de debate foi alargado às várias frentes da teoria da Arquitectura.

As manifestações culturais inscritas neste âmbito são de confirmada importância, quer para a divulgação dos estudos e das preocupações inerentes à organização do espaço, quer para a caracterização estatutária e metodológica dos arquitectos, sobretudo num país onde as efémeras empresas deste cariz pecam pela raridade, se exceptuarmos o círculo restrito das Escolas de Arquitectura no qual, por vezes, o isolamento e o academismo fazem com que se mantenham fechadas as portas de participação efectiva na sociedade. Foi assim que se apontou desde início para a colaboração activa de inequívocas personalidades ligadas ao debate da Arquitectura, facto que, para além de fundamental como dinamizador

da discussão, veio a revelar-se extremamente importante na vasta participação ao nível nacional que teve a Bienal.

185

Contribuíram para a concretização desta Bienal a C. M. de Soure, o Instituto Italiano de Cultura, a Região de Turismo do Centro, a Comissão de Coordenação da Região Centro, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Secretaria de Estado da Cultura, para além de algumas outras entidades empresariais e das livrarias que aderiram à Feira do Livro de Arquitectura.

OS CONCURSOS

Como focos motivadores do debate e da participação foram lançados dois concursos de Arquitectura, inseridos no âmbito temático da Bienal. Obviamente estruturados em função do plano de Reabilitação do Núcleo Histórico de Soure, a sua definição programática revestia-se no entanto, de factores de compreensão de índole e escala diversas.

Seriam estes dois concursos de esboços os focos de atracção que viriam a garantir a participação de profissionais de todo o país e que proporcionaram à Bienal a possibilidade de confronto/comparação e de exposição de mais de meia centena de trabalhos de Arquitectura. Estes trabalhos, que obviamente se limitavam a expressar ideias passíveis de serem desenvolvidas em projecto, foram analisados por um júri composto pelos Arquitectos Alexandre Alves Costa, Alcino Soutinho, Álvaro Siza Vieira, Gonçalo Byrne, Nuno Portas, o Presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses, Arq.º Nuno Teotónio Pereira e ainda o Dr. Luís Parreirão, Vereador da C. M. de Soure. Este júri viria a atribuir o primeiro lugar no Concurso n.º 1 ao trabalho do Arq.º Francisco Gião Valente, e no Concurso n.º 2 ao do Arq.º Carlos Prata. Foram ainda atribuídos segundos e terceiros prémios, alguns ex-aequo, para além de menções honrosas.

A BIENAL E A ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DO TERRITÓRIO

O primeiro dia da Bienal, sexta-feira, dia 13 de Junho, foi inteiramente preenchido com temas ditados por pessoas ligadas a disciplinas convergentes com a Arquitectura; o segundo dia, sábado, 14 de Junho foi dedicado às comunicações de arquitectura; e no terceiro, domingo, 15 de Junho, anunciou-se e debateu-se o resultado das conclusões do júri para os concursos. Porque era intenção que toda esta actividade saísse dos muros do interesse técnico-profissional, e invadisse a sensibilidade do seu habitat, foram pensadas as formas de «levar a Bienal para a rua», que se concretizaram através da exposição de todos os trabalhos em pleno Núcleo Histórico, ou de manifestações culturais paralelas, como o teatro no Castelo pelo Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra, na noite de 14 de Junho.

No primeiro dia, depois de uma cerimónia de abertura com a presença de algumas entidades da Administração Local e Regional e sob a coordenação de uma Mesa Plenária presidida pelo Arq.º Fernando Távora, iniciou a sessão de trabalho o Dr. António Gama Mendes com uma comunicação sobre *O Território como Inscrição do Poder*; seguiram-se-lhe as dissertações do Dr. Lúcio Cunha sobre *as Grandes Linhas de Desenvolvimento do Relevo na área de Soure*; do Dr. António Monteiro, sobre *A Arqueologia Espacial e Técnicas de Prospeção*; da Dra. Leontina Ventura sobre *Soure na sua História*; *Algumas Reflexões* e do Eng.º Santos Veloso, que traçou algumas linhas orientadoras do Plano Integrado do Baixo Mondego.

Sábado, 14 de Junho, foi iniciado com uma intervenção do Arquitecto Vasco Massapina, na qual salientou alguns aspectos da Reabilitação Urbana e da sua influência na transformação e recuperação do Património Edificado. De seguida, o Arq.º Carlos Tamm pôs à discussão a sua visão profissional das relações entre a Arquitectura e o desenho do território. Sendo este o dia dedicado à contribuição «estrita» da Arquitectura, foi também o que veio proporcionar os debates mais vivos, que se iniciaram logo após a intervenção acerca do Plano de Reabilitação do Núcleo Histórico de Soure e da sua conexão com outras áreas de estudo e de intervenção efectiva. Porque a visão profissional dos arquitectos nunca é com-

pleta, foi-se forjando a ideia da criação da Associação de Investigação do Território. A experiência de trabalho num Plano que foi congregando diversas contribuições disciplinares foi também desenvolvendo a necessidade de associar as diversas conotações do termo território, já profundamente codificado pelos vários enquadramentos profissionais, numa perspectiva de intervenção e de acção «transdisciplinar» quer ao nível do planeamento, quer do fomento económico, quer da salvaguarda do património, entendido este no seu sentido mais vasto, quer fundamentalmente do incentivo à investigação, ao estudo e à análise morfológica dessa entidade multifacetada.

A REVISTA LOCUS

Foi, também neste sentido, que uma das primeiras actividades da Associação de Investigação do Território (A.I.T.) foi a edição do 1.º número da sua revista *LOCUS*, dedicada a esta Bienal. Pretendendo ser a transmissão pública das ideias atrás descritas, a *LOCUS* propõe-se a uma edição semestral que divulgará fundamentalmente estudos no campo da Análise do Território e das fontes disciplinares que lhe dão contributo. Este primeiro número transcreve e divulga algumas comunicações apresentadas na Bienal e divulga trabalhos experimentais de colaboração entre a Arqueologia e a Arquitectura no âmbito do Plano de Reabilitação do Núcleo Histórico de Soure.

TRÊS ARQUITECTOS: PORTAS, SIZA, NICOLIN

Ponto de inegável interesse da Bienal foi a altura em que, num curto espaço de tempo, tiveram lugar as intervenções dos arquitectos Nuno Portas, Álvaro Siza Vieira e Pierluigi Nicolin. Entre o que de muito interessante foi dito ressalta o facto de as três comunicações se debruçarem, de certa forma, sobre o mesmo campo, ou seja, o da actuação e dos limites de intervenção do arquitecto.

Estas três intervenções foram as que, pelo seu teor e pela representatividade dos seus autores se revelaram com um ponto alto desta Bienal. Representando uma atitude face à fronteira de acção do profissional de Arquitectura, cada uma delas reflecte um posicionamento da função social do projecto que, *grosso modo*, se

pode designar por: intervenção global com manifesta atenção ao ponto de partida (Siza); intervenção a meio ou em qualquer das fases de definição do espaço (Portas); e intervenção à chegada, depois de definidas as outras forças em presença (Nicolin).

É claro que se torna um pouco leviano, porque demasiado taxativo, subordinar as três comunicações a esta perspectiva de síntese, quer pelos trabalhos específicos a que dizem respeito, quer pela apurada argumentação em torno da metodologia do projecto e do estatuto do arquitecto enquanto interveniente potencialmente privilegiado num processo de relações de poder. ■

Associação Internacional de Direito Económico (AIDE): Empresas Conjuntas (joint-ventures), Estratégias Industriais e Poderes Públicos

Organizado pelo «Centre de Recherches Interdisciplinaires Droit & Economie Industrielle» decorreu na Universidade Católica de Louvain, nos dias 13 e 14 de Novembro, o III Colóquio da AIDE. No âmbito do tema proposto — as empresas conjuntas — foram tratadas, nomeadamente, as seguintes questões: regime jurídico da sua criação (análise comparada), o seu papel na investigação e desenvolvimento, na cooperação norte-sul e este-oeste, a sua utilidade para as PME e a estrutura interna das empresas conjuntas e interesses privados. Relevo especial foi ainda dado às implicações do direito da concorrência (com especial relevo para o direito comunitário) nas actividades deste tipo de empresas, analisadas por Helène Chadzyska (OCDE) e B. Hawk (Fordham University, New York)-USA versus CEE. Do ponto de vista metodológico este colóquio, tal como os que o antecederam, provou a impossibilidade de se discutir globalmente a cooperação entre empresas (e em geral a problemática jurídica da empresa) com uma abordagem puramente disciplinar.

A interdisciplinaridade foi uma constante resultando não apenas das formações (e actividades profissionais) diversas dos intervenientes e participantes como também, e este parece ser o seu aspecto mais importante, da própria metodologia utilizada em grande parte das análises (individuais ou colectivas) contidas nos textos distribuídos. Exemplos do que se acaba de referir poderão ser encontrados, entre outras, nas comunicações de Alexis Jacquemin (Univ. Católica de Louvain) — «Cooperação entre empresas e direito económico» — e Eduardo White (Centro de Estudos do Desenvolvimento e Relações Internacionais-Argentina) — «PME e empresas conjuntas: nova forma de cooperação produtiva Norte-Sul?». Não cabe aqui, nem tal seria possível, chamar a atenção para todas as questões abordadas e discutidas (o resultado dos trabalhos será em breve publicado). Destacarei apenas, pela relação privilegiada que mantém com estratégias industriais e poderes públicos, a questão das empresas conjuntas em matéria de investigação e desenvolvimento (I & D). Foram apresentados três estudos: D. Ungerer (CEE-Direcção geral de telecomunicações, indústrias de informação e inovação) onde se chamou a atenção para o défice europeu, relativamente aos EUA e Japão, em matéria de investigação e desenvolvimento (nomeadamente na área das telecomunicações) e se tentou mostrar o que em termos jurídicos e económicos se torna necessário fazer para melhorar as estruturas concorrenciais; Jacquemin, Lammerant e Spinoit (CRIDE) que apresentaram o resultado de um excelente estudo sobre concorrência europeia entre empresas em matéria de I & D — distribuição por sectores de actividade, localização, número de participantes, formas jurídicas, tipo de produto, etc. — feito a partir de uma base de dados da CEE; ainda uma comunicação de Claire Demain sobre o parque científico da Universidade Católica de Louvain e as formas de ligação às empresas.

O próximo Colóquio da AIDE terá lugar em Dijon (Outubro de 1987) e será dedicado ao tema «Direito e Moeda». ■

Maria Manuel Leitão Marques